

# Relatório do Grupo de Trabalho Pescas Tradicionais 11 de maio de 2017 - Porto

O Presidente Sergio Lopez agradeceu os membros pela sua presença, recordando em seguida os canais de tradução.

O projeto de Relatório da reunião anterior, bem como o projeto de ordem do dia foram validados sem qualquer alteração.

## Eleição do Presidente do Grupo de Trabalho

Sergio Lopez lembrou que, devido à sua recente mudança de posto, tinha desejado retirar-se da Presidência desse Grupo de Trabalho. De modo a não fragilizar a organização do Grupo de Trabalho, aceitou contudo, presidir a presente reunião, permitindo assim ao futuro Presidente preparar a próxima reunião em condições favoráveis. Vários candidatos apresentaram a sua candidatura, mas foi encontrado um acordo e é Basilio Otero (Federação Provincial de Lugo) quem presidirá doravante este GT.

#### Pesca Recreativa:

Antes de encetar os debates, alguns Membros solicitaram uma leitura aprofundada do projeto de parecer - leitura essa realizada pelo Presidente do Grupo. Para além disso, foi recordado que esse projeto de parecer era uma tentativa de síntese de todos os debates realizados no CC Sul desde há 3 anos, sendo discutido durante o último Comité Executivo e finalmente otimizado através de uma consulta eletrónica.

Os Membros foram convidados a reagir relativamente a esta proposta, cingindo-se, tanto quanto possível, somente aos pontos abordados no projeto de parecer. O Secretário-Geral indicou que deveriam ser possíveis otimizações a nível redacional, no que respeita à parte da partilha das possibilidades de pesca. Se necessário, também se poderiam expressar diferentes sensibilidades.

Considerou-se primeiro que o documento era muito completo e que, nesse sentido, tinha uma dimensão bastante estratégica. É certo que os atuais controlos em torno das diferentes atividades de pesca recreativa têm de melhorar. Contudo, convirá, segundo 0. Sagué, melhorar pelo menos um ponto de redação relativo à capacidade de controlo das capturas realizadas com artes passivas.























K. Kawahara e L. Fernandes apreciaram a filosofia geral do documento, discriminando através de exemplos, vários casos de difícil convivência entre pescadores profissionais e recreativos. Se lhes parece óbvio que o conhecimento tem de constituir um dos principais objetivos, um plano de progresso tem rapidamente de surgir, de modo a limitar as fraudes, fluidificar a partilha do espaço marítimo e formalizar o exercício da pesca recreativa.

Também lamentaram as inúmeras competições de pesca desportiva.

- S. Larzabal concordou globalmente com a proposta, devendo esta ser vista como uma primeira etapa. De facto, convém reforçar o conhecimento e adotar determinadas medidas que consolidem a gestão do recurso. Apesar de o exemplo do atum rabilho cristalizar ainda hoje as tensões em França, não lhe parece oportuno o projeto de parecer mencionar o termo TAC.
- F. Portela-Rosa também apreciou o conteúdo do projeto de parecer, considerando que se tratava de uma boa proposta. Especificou ainda que a pesca ilegal não era exclusiva da pesca lúdica.

Após várias discussões, ficou acordado que o ponto relativo aos históricos de capturas tinha de ser retirado do projeto de parecer.

Para concluir, ficou acordado que o projeto de parecer seria apresentado no próximo Comité Executivo. Os Membros poderão enviar o seu comentário num prazo de uma semana a seguir à presente reunião.

### Avaliação do Regulamento Controlo:

Inicialmente, a síntese da avaliação do Regulamento Controlo devia ser realizada pela Comissão. Tendo em conta determinadas restrições logísticas, essa intervenção será adiada para uma data posterior.

O Secretário-Geral apresentou os grandes elementos constantes do relatório de análise há pouco difundido pela Comissão Europeia. A avaliação do regime europeu de Controlo das Pescas está prevista pelo Artigo 118 do Regulamento 1224/2009. Esta fundamentou-se consideravelmente em várias consultas (Estados Membros, Partes Envolvidas), tendo sido organizada uma consulta específica do Público. A análise efetuada também se inscreve no programa para uma regulamentação ajustada e eficaz (REFIT). Foram principalmente avaliados 5 critérios (Pertinência, Valor Acrescentado Europeu, Coerência, Eficácia e Eficiência).

As conclusões desta avaliação demonstram que o Regulamento Controlo desempenha um papel fundamental no cumprimento dos objetivos da PCP. Atualmente, o Regulamento parece ser bem aceite por todas as partes interessadas. Perto de 6 anos após a sua entrada em vigor, as principais disposições nele indicadas foram implementadas. No entanto, são necessárias























algumas melhorias, tanto para reatualizar certas disposições face aos novos objetivos de gestão e à nova PCP, como para esclarecer ou especificar determinadas disposições, que levaram a uma implementação diferente consoante os Estados Membros. A Comissão apresentará o resultado dos trabalhos a todas as Partes interessadas, de modo a definir soluções adequadas a aplicar.

O Secretário-Geral lamentou que o relatório de avaliação público se cingisse a elementos gerais, limitando assim as reflexões e reações dos Membros do CC Sul no respeitante às etapas posteriores. Tem, no entanto, esperança que serão organizados debates mais técnicos e construtivos aquando de uma próxima reunião do CC Sul, na presença das pessoas competentes da Comissão para este assunto.

J. Lamothe confirmou a dificuldade de análise face à limitação das informações comunicadas. Lamentou, contudo, a sobrecarga administrativa globalmente gerada pelo Regulamento, a qual também teve um grande impacto em vários intervenientes privados do setor.

#### **Projetos Pesca Artesanal:**

A pedido dos representantes dos projetos (A. Murillas e B. Guérin), foi reservado um tempo de trabalho significativo da reunião para o envolvimento direto dos Membros do CC Sul nos trabalhos e nas reflexões levados a cabo.

Proceder-se-á a uma rápida apresentação do avanço dos projetos, antes de iniciar um debate comum.

### Projeto B. Guérin:

O projeto entra na fase final, estando a sua data de fim teórica agendada para setembro. De facto, alguns resultados já estão disponíveis. Foi possível elaborar análises geográficas, baseando-se num grande número de entrevistas realizadas no terreno, tanto junto de pescadores artesanais como de organizações representativas. Foi assim apresentado um mapa com o número de navios que praticam a pesca à pequena escala em todo o território do CC Sul. Relativamente à integração dos Pescadores artesanais nas estruturas representativas, existem duas situações principais. Por um lado, a Sul do seu território, a pesca artesanal está maioritariamente representada nas organizações representativas. Mais a Norte, a representação está mais diluída. Todavia, esta sub-representação na zona Norte só se verifica se nos basearmos no número de navios, porque, face aos volumes de produção, a representação está equilibrada. Globalmente, os pescadores artesanais têm a impressão de que a sua influência é muito limitada nas tomadas de decisões europeias. No CC Sul, também se deve notar que populações significativas de pescadores artesanais estão ausentes porque não dispõem de estruturas nem de meios que lhes permitam envolver-se. Nesse sentido, uma das orientações do relatório final incidirá sobre o reforço das estruturas representativas. Também























se considera que o tratamento diferenciado que foi concedido à pesca artesanal (Controlo, Faixa Costeira) resultou historicamente numa necessidade de estruturação menor - o que hoje revela ser uma desvantagem.

### Projeto Azti:

O programa permitiu a elaboração de uma base de dados destinada a mapear a pesca artesanal no território do CC Sul e tirar daí alguns ensinamentos relativamente à sua representação. Em seguida, foi através de casos de estudos que as análises foram dirigidas. Os diagnósticos efetuados nessas zonas proporcionarão a partilha de experiências e a redação de um guia de boas práticas. Foram apresentados os elementos metodológicos implementados no âmbito dessas análises, baseados principalmente em princípios de boa governação.

Os Membros apreciaram os resultados e os elementos de método apresentados, intervindo relativamente aos seguintes pontos:

- Papel específico das mulheres: A priori, o papel específico das mulheres não foi examinado nesses dois projetos.
- Fatores de influência entre a Grande e a Pequena Pesca: Se os meios humanos desempenham um papel importante, existem também outros parâmetros a levar em consideração. Mais do que as diferenças entre os segmentos, foram, em primeiro lugar, os meios a implementar para reforçar a participação da Pesca Artesanal no processo decisório que foram analisados.
- Escala de apreciação: Para alguns Membros, as análises deveriam ter sido mais profundas, avaliando as atribuições em quotas ou o quadro europeu de recolha de dados para elementos mais apurados. Tais complementos de análise teriam também explicitado o descontentamento expresso por alguns pecadores artesanais. Em resposta e da parte de outros Membros, foi indicado que a boa declaração (ou não) das capturas e desembarque tinha desempenhado um papel de igual importância durante certos processos decisórios. Relativamente à afetação das quotas, foi considerado que se expressavam e se sentiam tensões em todas as frotas.

O debate aberto incidiu sobre as 3 seguintes questões:

Como reforçar a integração de estruturas representativas da Pequena Pesca no Sul do território do CC Sul?

Verificou-se que os DLAL podiam desempenhar um papel valioso nesse contexto. A estruturação da fileira a um nível supra local também poderia contribuir para esse reforço,























desde que o conjunto dos pescadores se envolvesse realmente na estrutura, nomeadamente na troca de informações. Contudo, nada será possível sem uma vontade forte e fiável dos Pescadores Artesanais abrangidos, pois a adesão ao CC Sul ou, mais globalmente, a capacidade de defender os seus interesses é, antes de mais, uma decisão profissional.

Qual poderia ser o objetivo principal de uma gestão diferenciada do espaço costeiro?

Nenhuma resposta clara foi identificada durante a reunião. No CC Sul, uma das principais dificuldades encontradas nesse Grupo, é a estreiteza geográfica de algumas decisões. Existem muitos casos em que os assuntos não foram tratados porque não tinham dimensão europeia e, por isso, diziam respeito a pouquíssimos Membros - o que não impediu os pescadores de serem ativos e contribuírem para a tomada de decisão, a nível local ou regional. Se a vontade de diferenciação se afigura como uma coisa positiva para todos, as suas múltiplas ramificações impedem, nesta fase, uma linha diretriz clara.

Como melhorar o FEAMP, para este estar mais ao serviço da Pequena Pesca?

Até agora, o Fundo das Pescas beneficiou maioritariamente os pescadores artesanais sob a forma de ações coletivas. Nenhuma discriminação positiva estava prevista, induzindo uma igualdade de tratamento para todos os pescadores.

Os debates e reflexões prosseguir-se-ão por via eletrónica, após a difusão de novos documentos de trabalho.

### **Principais Conclusões:**

- Um Projeto de Parecer sobre a Pesca Recreativa será apresentado ao Comité Executivo.
- Doravante, Basilio Otero presidirá este Grupo de Trabalho.



















